



Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na quinta-feira	Capital de giro Na quinta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,55% São Paulo	103.922 03/01 04/01 05/01 06/01	R\$ 1.212	Na quinta-feira R\$ 5,680 (-0,56%)	30/dezembro 5,693 3/janeiro 5,576 4/janeiro 5,663 5/janeiro 5,690	R\$ 6,411	6,76%	Julho/2021 0,96 Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25 Novembro/2021 0,95

CONJUNTURA

Fragilizada, indústria tem 6ª queda seguida

Produção das fábricas recua 0,2% em novembro. Desempenho do setor está 4,3% abaixo do nível anterior à pandemia

» TAINÁ ANDRADE
» JOÃO VÍTOR TAVAREZ*

Ao recuar 0,2% em novembro passado, a produção industrial brasileira registrou a sexta queda mensal consecutiva, confirmando a tendência de enfraquecimento da atividade econômica no país. Apenas nos últimos seis meses, a indústria acumula queda de 4%, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

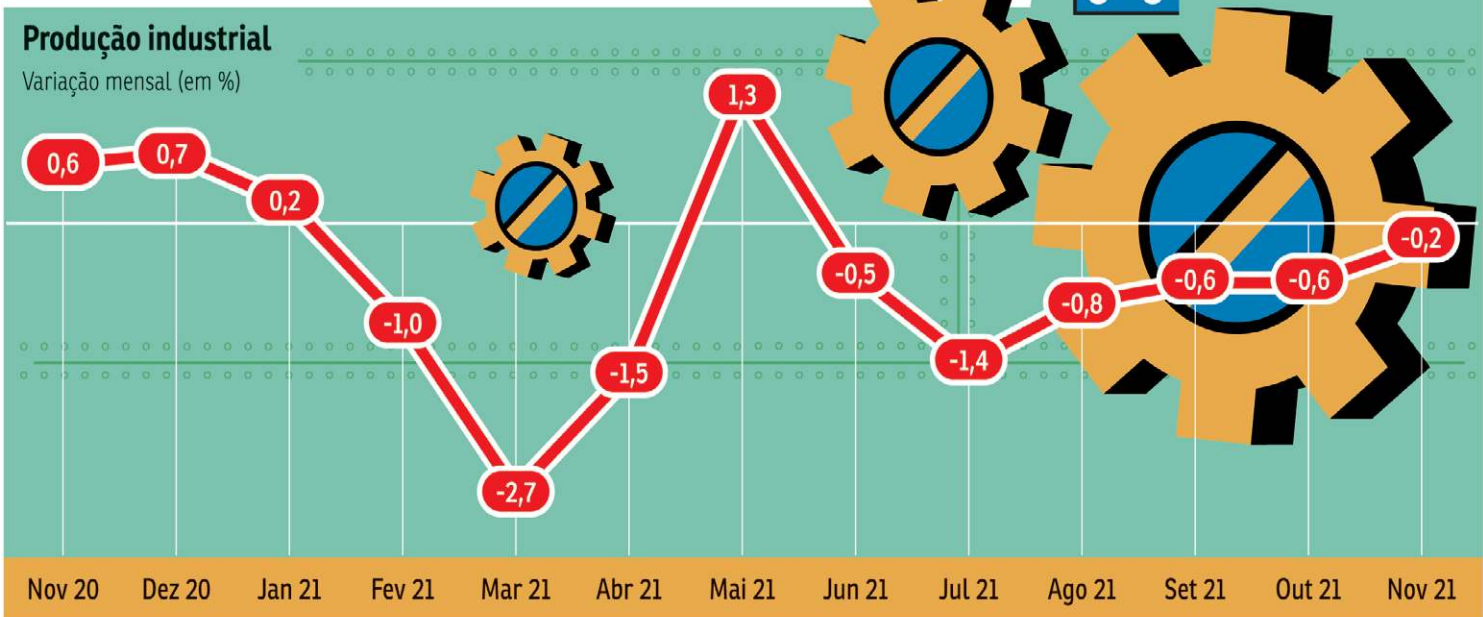
O resultado reforça a percepção de que a atividade econômica no país perde força mais rapidamente do que o esperado, na avaliação do economista-chefe da gestora de recursos Kínitro Capital, Sávio Barbosa. Após a retração industrial, os cálculos preliminares da gestora para o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) do quarto trimestre, com base em indicadores antecedentes, cedeu de uma elevação de 0,2% para 0,1%. “Ainda é um ligeiro crescimento, só que está mais próximo de estagnação”, disse.

Fábio Bentes, economista sênior da Confederação Nacional do Comércio (CNC), avaliou que a fraqueza da produção industrial pode ser um sinal de contração da economia — o que antecipa impactos negativos em outros setores, como o comércio. “Estamos com uma inflação alta, controlada por meio da taxa de juros. Essas retrações consecutivas da indústria podem antecipar um cenário de recuo em outros setores, como o comércio. Todas essas variáveis já anunciam. Enquanto a inflação girar em torno de 10%, veremos retração na indústria e comércio, o que pressiona o Banco Central, que precisa ajustar os indicadores”, explicou.

O volume produzido pela indústria nos nove primeiros meses do ano passado ficou 4,7% acima do registrado no mesmo período de 2020. O gerente da pesquisa do IBGE, André Macedo, porém, relativizou esse dado. “Quando olhamos para o ano anterior, os resultados ao longo de 2021 são quase sempre positivos, pois a base de

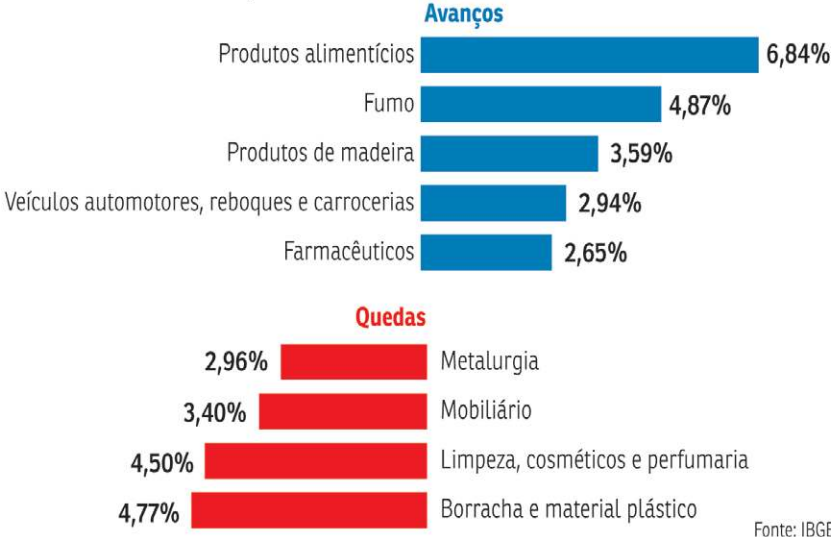
Máquina emperrada

Produção da indústria tem o sexto mês consecutivo de queda e fica mais distante do nível pré-pandemia



Variação

Novembro de 2021 em relação a outubro de 2021



Desempenho na indústria



- A produção da indústria se encontra **4,3% abaixo** do patamar de antes da pandemia, de fevereiro de 2020
- É **20,4% abaixo** no nível recorde registrado em maior de 2011



Analisando mês a mês, observamos que, das 11 informações de 2021, nove foram negativas. O setor industrial ainda sente muitas dificuldades e se encontra 4,3% abaixo do patamar de produção de fevereiro de 2020, antes do início da pandemia

André Macedo, gerente da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE



Essas retrações consecutivas da indústria podem antecipar um cenário de recuo em outros setores, como o comércio

Fábio Bentes, economista-chefe da CNC

comparação é baixa, já que, no início da pandemia, a indústria chegou a interromper suas atividades, com o ano de 2020 fechando com um recuo de 4,5%”, observou. “Analisando mês a mês, observamos que, das 11 informações de 2021, nove foram negativas. Ou seja, o setor industrial ainda sente muitas dificuldades e se encontra, atualmente, 4,3% abaixo do patamar

de produção em que estava em fevereiro de 2020, antes do início da pandemia”, acrescentou.

De acordo com os dados do IBGE, em novembro, os setores mais influenciados negativamente foram os de produtos de borracha e material plástico. Os dois ramos, conforme destacou o IBGE, perderam toda a expansão acumulada (3,5%) nos meses de setembro e outubro.

Outro segmento que recuou foi o da metalurgia (-3%) — que já está na terceira queda seguida, acumulando perda de 7,7%.

Outros produtos, como: metal (-2,7%); bebidas (-2,2%); coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-0,6%); perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (-4,5%); e produtos diversos (-4,5%) também passaram por baixa.

Apesar da redução no ritmo industrial, o IBGE informou que apenas uma entre as quatro grandes categorias econômicas caíram: a produção de bens de capital (-3%). Por outro lado, 13 atividades apontaram crescimento na produção. Entre elas, as que exerceram os principais impactos em novembro de 2021 foram os produtos alimentícios (6,8%), indústrias

extrativas (5%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (2,9%). As duas primeiras atividades, de acordo com o instituto, voltaram a crescer após dois meses consecutivos de queda na produção e a última marcou o primeiro resultado positivo desde abril de 2021.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Bolsonaro diz que vai sancionar Refis

» CRISTIANE NOBERTO

Apesar de o ministro da Economia, Paulo Guedes, ter recomendado veto integral ao projeto de lei que concede descontos e parcelamento de dívidas tributárias a empresas enquadradas no Simples Nacional, o presidente Jair Bolsonaro informou a interlocutores, na noite de ontem, que vai sancionar o texto. A área econômica argumenta que o programa, que também beneficia microempreendedores individuais (MEI), custaria cerca de R\$ 600 milhões à União, sem que tenha sido apontada fonte de compensação, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Aprovado em dezembro pelo

Congresso, o Programa de Reparcimento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp) permite a renegociação de até R\$ 50 bilhões em dívidas dos pequenos negócios. O prazo para o presidente sancionar ou vetar o projeto terminou ontem. Uma decisão deve ser publicada em edição extra do *Diário Oficial da União*, que, até o fechamento desta edição, não havia sido confirmada.

A possibilidade de veto foi mal recebida no Congresso. “Fui surpreendido pela notícia de que o governo cogita vetar o PL do Simples Nacional na íntegra, projeto o qual relatei na Câmara dos Deputados. Essa possibilidade, caso confirmada, representa um terrível retrocesso para a recuperação

econômica e impossibilita que empreendedores de todo país ganhem fôlego para atravessar 2022, disse o deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP). “Eventual veto seria não só uma decisão equivocada, mas uma crueldade com o segmento que é a espinha dorsal da economia e o sustento de milhões de famílias. Se o governo resiste em fazer as reformas, que deixe-nos ajudar quem mais precisa. O Refis do Simples pode representar a salvação de milhões de empregos neste ano”, acrescentou o parlamentar.

O Relp dá descontos em juros, multas e encargos ao contribuinte que comprovar queda no faturamento de março a dezembro de 2020. O projeto permite

redução de até 90% das multas e juros, além de 100% de descontos de encargos legais, e parcelamento de dívidas tributárias por 180 meses. O texto também prevê a inclusão de empresas inativas no mesmo período.

“Em um momento de alta no desemprego, com uma inflação que diminui a quantidade de comida na mesa dos brasileiros, manter as empresas no sufoco só agravaria esse quadro. Os microempresários não têm as mesmas condições das grandes empresas, e precisam de ajuda para reverter quase dois anos de prejuízos em suas atividades”, destacou Bertaiolli.

De acordo com fontes do governo, a recomendação de veto

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Para Marco Bertaiolli (PSD-SP), veto seria retrocesso

ao Relp ganhou força na área econômica depois que o Tribunal de Contas da União (TCU), nesta semana, questionou o governo sobre a prorrogação, até 2023, da desoneração da folha de pagamento de empresas de 17 setores da economia. O projeto foi sancionado

por Bolsonaro no último dia de 2021, sem que tenha sido indicada uma forma de compensação pela perda de receita. O entendimento do governo era o de que, como se tratava de prorrogação de benefício já existente, a compensação não seria necessária.